

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA PRIMEIRO DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE DOIS, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NA**
4 **FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS. Com a presença dos seguintes membros:** São Paulo – Luiz Roberto
5 Barretti (ABRHidro), José Roberto Schmidt (SIMA/CETESB), Edilson de Paula (SIMA/DAEE), Renato
6 Veneziani (Sind. Rural de São José dos Campos), Teresa Paiva (USP), Marcelo Manara (Pref. de São José dos
7 Campos), Ricardo Jacob (SABESP); Rio de Janeiro – Gisele Boa Sorte (SEAS), João Gomes (APROMEPS),
8 Yurhii Budzynkz (ADEFIMPA), Vera Lúcia Teixeira (SAAE Barra Mansa), Markus Budzynkz (APEDEMA);
9 Minas Gerais – Eduardo Araújo (SEMAD), Heitor Moreira (SEMAD), Marina Afonso (Pref. de Bicas), Lidiane
10 Carvalho (FIEMG). Matheus Cremonese (PREA), **dos seguintes convidados:** Eduardo Léo (Agência das Bacias
11 PCJ), Ana Paula Montenegro (ANA), Daniel Izoton (ANA), Antônio Carlos Filho, Deivid Oliveira (FIEMG),
12 Allan Mota (SEMAD), Rodrigo Matsukura (Pref. de São José dos Campos), Armando Barreto (CBH BPSI),
13 Marina Mendonça (AGEVAP), Ingrid Delgado (AGEVAP), Raissa Guedes (AGEVAP), Daiane Alves
14 (AGEVAP), Raissa Galdino (Bumerangue), **para tratar da seguinte pauta: 1 – Aprovação da ata da reunião**
15 **anterior; 2 – Apresentação da experiência das Bacias PCJ sobre enquadramento dos corpos de água; 3 –**
16 **Apresentação sobre as contribuições da minuta de termo de referência da etapa técnica propositiva do**
17 **enquadramento na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; e 4 – Assuntos Gerais. ITEM 1 Aprovação**
18 **da ata da reunião anterior:** O coordenador da CTC, Luiz Roberto Barretti, deu boas-vindas a todos e iniciou a
19 reunião. A ata da reunião anterior foi espelhada, sem manifestações, a mesma foi aprovada. **ITEM 2**
20 **Apresentação da experiência das Bacias PCJ sobre enquadramento dos corpos de água:** A Sra. Marina Assis
21 (AGEVAP) informou que a apresentação será feita pelo Sr. Eduardo Léo, da Agência das Bacias PCJ. O Sr.
22 Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) agradeceu o convite e disse que fará uma breve apresentação e depois fará
23 o histórico do enquadramento. Disse que na perspectiva do PCJ já houve várias experiências de idas e vindas
24 sobre o tema do enquadramento, um dos temas mais complexos do sistema de gestão. Contextualizou que no caso
25 do PCJ existem alguns temas que são diferentes do habitual, há uma condição de saída muito particular, onde o
26 principal uso de água é para abastecimento público. É uma situação que demanda uma gestão de qualidade e
27 armazenamento hídrico muito grande. Nesse contexto, existe a situação de reuso indireto não planejado de água,
28 que quer dizer que precisam de esgoto para fechar todas as contas de abastecimento para os municípios. Existe
29 uma progressão muito grande no tema de enquadramento, que historicamente foi se desenvolvendo na bacia com
30 início em 1977 no enquadramento dos rios paulistas. Nos anos 90/2000 o tema "qualidade da água" apareceu em
31 diversos estudos e planos, e, em 2010 o comitê voltou ao tema do enquadramento por meio de uma deliberação
32 que aprovou junto com o plano uma proposta de atualização do enquadramento. Destacou os pontos mais
33 importantes dessa atualização, que gerou discussões sobre a efetivação do enquadramento. Observou que a crise
34 hídrica de 2014 ajudou a impulsionar as discussões, a melhoria da qualidade de água passou a ser alternativa de
35 suprimento hídrico. Em 2017, houve o reconhecimento do reenquadramento do rio Jundiá pelo CRH-SP
36 (Conselho Estadual de Recursos Hídricos), e o último movimento no tema de enquadramento foi em 2020, com
37 a revisão do plano de bacias, oportunidade na qual se consolidou o modelo de qualidade de água que foi utilizado
38 para as simulações. Foi introduzido na pauta o tema da remoção de nutrientes, de modo que puderam detalhar
39 metas e prioridades por município com perspectiva para efetivação em 2050, a maior discussão atual é a gestão
40 da implementação com os órgãos gestores. Frisou a importância de deixar registrado que progrediram
41 sequencialmente no tema do enquadramento, disponibilizou vídeos de referência sobre o Rio Jundiá e do Plano
42 de Bacias. Finalizou agradecendo a oportunidade e se colocando à disposição para esclarecimentos. O Sr. João
43 Gomes (APROMEPS) disse que no Plano de Bacias do Rio Paraíba do Sul também há a proposta de
44 enquadramento por trecho, sendo assim, questionou qual a efetivação da metodologia escolhida. Falou que ao seu
45 ver não tem como manter o balanço quantitativo e a disponibilidade de água para os usos múltiplos sem reservar
46 água, pediu então, que o representante do PCJ expusesse sua experiência nesse quesito. O Sr. Ricardo Jacob
47 (SABESP) perguntou se no horizonte de atividades até 2050 foram estabelecidas metas parciais. O Sr. Luiz
48 Roberto Barretti (ABRHidro) questionou quanto tempo levaram para organizar as discussões dos comitês até
49 chegar a traçar metas e efetivar a aplicação de recursos. E se os recursos vieram apenas dos comitês PCJ ou se
50 houveram outras fontes. O Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) mencionou que a abordagem por trechos foi
51 feita olhando a matriz de poluição existente para cada segmento do rio, a divisão observou inicialmente 225 áreas
52 de contribuição do PCJ e tiveram que eleger uma drenagem principal que foi objeto da modelagem.
53 Exemplificando o caso do rio Jundiá, disse que foi feito inicialmente o reenquadramento de uma porção média
54 do rio porque havia uma concentração de pontos de lançamento muito grande na porção mais baixa do rio. Esse
55 reenquadramento foi feito nas porções que eram mais viáveis e havia mais interesse do ponto de vista de
56 abastecimento público. Disse que foram muito criticados por usarem OD e DBO como parâmetros, mas pontuou
57 que o plano de 2020 veio com a abordagem com mais parâmetros como nitrogênio e fósforo. Na questão de
58 efetivação do enquadramento, o fato para abordar parâmetros além de OD e DBO implica necessariamente na
59 construção de programas e planos que são muito caros. Não existe um padrão de lançamento pré-estabelecido
60 para outros parâmetros, então além da condição da necessidade de coletar e tratar esgoto, é preciso, de maneira
61 generalizada, pensar em tratamento terciário em níveis de coleta muito altos. O que não condiz com a realidade
62 da maior parte dos municípios. O que foi usado como guia para efetivação foi a Resolução CNRH nº 91/2008,
63 que trata do enquadramento dos corpos d'água, pois existe uma tratativa específica para trechos de rio, de modo

64 que se pode construir um cenário de referência para o planejamento, que é o cenário que trabalham hoje. Ressaltou
65 que a resolução não fecha um conjunto de parâmetros, ela fala que tem que se ter um conjunto mínimo, que deve
66 ser estabelecido conforme o processo de planejamento e a realidade de cada bacia. Sobre a questão dos
67 reservatórios, disse que sempre devem procurar pontos de equilíbrio entre essas questões e na bacia PCJ ficou
68 muito clara a necessidade, que foi até objeto de deliberação específica do comitê. Disse que houve uma integração
69 na questão da política de proteção de mananciais, pois quando se faz um reservatório é criado um manancial. No
70 caso do PCJ, quando se fala na remoção de fósforo, existe um peso de prioridade muito grande em municípios
71 que estão a montante de reservatórios. Há também uma polícia dedicada a proteção de mananciais, medidas que
72 envolvem reflorestamento, conservação de solo e saneamento do meio rural. Respondendo aos questionamentos
73 do Sr. Ricardo Jacob, disse que há uma etapalização de 5 em 5 anos até o ano de 2035, existem metas bem
74 detalhadas com estimativa de custo. Haja vista, a colocação do coordenador da CTC, disse que cada ciclo de
75 planejamento tem sido elaborado em 3/4 anos. O Sr. Ricardo Jacob (SABESP) perguntou se o conjunto de
76 parâmetros estabelecidos é o mesmo para todos os trechos. O Sr. Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) inteirou
77 que existem priorizações que refletem compromissos diferentes em trechos diferentes. Exemplificou que trechos
78 que estão a montante de reservatórios são trabalhos com prioridade maior para remoção de fósforo. Sem mais
79 falas, o Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) agradeceu a apresentação e pela presença do representante do PCJ.
80 Sem mais assuntos a serem tratados, deu seguimento ao próximo item de pauta. **ITEM 3 Apresentação sobre as**
81 **contribuições da minuta de termo de referência da etapa técnica propositiva do enquadramento na Bacia**
82 **Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul:** O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) resumiu que houve um prazo de
83 contribuições diretas a AGEVAP dos membros para essa minuta e nessa etapa será apresentado um compilado. A
84 Sra. Ingrid Delgado (AGEVAP) contextualizou que como encaminhamento da última reunião, foram recebidas
85 contribuições para a minuta até o dia 02/06/2022. Mencionou que o tema veio em destaque no Plano Nacional de
86 Recursos Hídricos (2022/2040), em uma macrodiretriz do subprograma 2.4 – Enquadramento dos Corpos Hídricos
87 em Classes de Uso, que tem como uma das metas priorizar a implementação do instrumento “Enquadramento em
88 bacias onde houver Planos e Cobrança aprovados”. Outro ponto é identificar e formatar os pontos de integração
89 entre o enquadramento e os outros instrumentos de gestão. Uma das ações relacionadas é justamente enquadrar
90 os corpos d’água em bacias de especial interesse para gestão dos recursos hídricos, com a meta “Aprovação do
91 enquadramento na Bacia do Rio Paraíba do Sul” a curto prazo. Nos procedimentos pactuados houve dois
92 momentos de etapa de contratação para o enquadramento, sempre seguindo a Resolução CNRH n 91/2008. A
93 ideia é ter uma etapa técnico-propositiva onde serão feitos estudos de base e sinalização, e uma segunda etapa,
94 etapa político-institucional, de discussões, algumas definições, e, por último, a etapa de definição final do
95 enquadramento e proposta de efetivação. Destacou que no Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-PS),
96 aprovado em 2021, tem o enquadramento como um programa na agenda de recursos hídricos e na sub-agenda de
97 instrumentos de gestão. Relembrou que o assunto do termo de referência é a contratação da empresa para a
98 primeira etapa, apresentando sua referência e justificativa. Disse que as contribuições foram enviadas pelos órgãos
99 gestores e pela SABESP, tendo como principais pontos: Divisão e realocação de atividades entre os produtos;
100 Dúvidas sobre a participação dos comitês afluentes nas etapas I e II, e; Apresentação dos eventos de mobilização
101 e participação social em uma tabela com indicações do público para quantidade e produtos relacionados. De
102 maneira resumida, as mudanças foram a divisão do antigo produto 2, que anteriormente era o “Estudo Técnico de
103 Base – Situação atual” e agora se divide entre os produtos 2 e 3, Diagnóstico e Modelagem da Situação Atual,
104 respectivamente. No que cabe a realocação, a atividade também foi dividida entre dois produtos, o 3 e o 4:
105 Prognóstico – Cenários e Modelagem da Qualidade da Água. Em relação à participação dos comitês, no produto
106 5: Alternativas de Enquadramento e Estimativas de Custos para sua Implementação, há a definição de que a etapa
107 I tenha subsídio técnico do CEIVAP e dos comitês que optarem por dar continuidade ao processo. Além disso,
108 em primeiro momento, participarão de todos os eventos de mobilização, pactuação, articulação e tomada de
109 decisões. Em resposta à última solicitação, que foi apresentar os eventos de forma mais clara, foi criada uma
110 tabela dividida em: tipo de evento; público-alvo; total, e; os produtos relacionados. Explicou que esse total é em
111 relação ao tipo de evento, se é para bacia como um todo, ou se irá atender sub-bacias também. Finalizou expondo
112 a descrição dos 6 produtos: Plano de Trabalho Consolidado; Diagnóstico; Modelagem da Situação Atual da Bacia;
113 Prognóstico; Alternativas de Enquadramento e Estimativas de Custos para sua Implementação, e; Banco de
114 Dados. O Sr. Ricardo Jacob (SABESP) perguntou o que será solicitado em termos de atestado e qualificação para
115 a seleção das empresas. O Sr. João Gomes (APROMEPS) disse não ter entendido a finalidade da segunda ação e
116 questionou como será integrado e cronograma de diagnóstico e prognóstico resultante da primeira contratação
117 com as necessidades dos comitês afluentes. A Sra. Ingrid Delgado (AGEVAP) respondendo ao Sr. Ricardo, falou
118 que em relação as empresas contratadas, a ideia é selecionar empresas que tenham afinidade com a fase de
119 diagnóstico, e na parte de modelagem, empresas que tenham experiência com apresentação na proposta técnica.
120 Em relação a fala do Sr. João, disse que a primeira etapa consta com levantamento de informações e a sinalização,
121 nos eventos de pactuação serão discutidas as seleções de trechos. O resultado desse trabalho serão as alternativas
122 de enquadramento, que gerará uma matriz utilizada como base para a segunda contratação. Nessa nova fase, os
123 atores envolvidos selecionarão a alternativa que por fim vai seguir para a criação de um plano de efetivação desse
124 enquadramento. O Sr. Edilson de Paula (SIMA/DAEE) disse que acha de extrema importância que os órgãos
125 gestores estejam a frente das definições de trechos prioritários. A Sra. Ingrid Delgado (AGEVAP) relatou que
126 desde o início da construção dessa ação no PIRH-PS conta com a participação dos órgãos gestores, a primeira

127 atividade dessa ação foi, inclusive, a realização de uma capacitação em formato de um seminário para todos os
128 órgãos e todos estão cientes e contribuindo. O Sr. João Gomes (APROMEPS) mencionou que em relação a
129 governança, acha necessário que além dos órgãos gestores, os comitês afluentes, os usuários e as outorgas também
130 estejam a frente dessa discussão. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) comparou que em relação ao PCJ, o
131 CEIVAP possui um território muito maior e muito mais complexo, então terão que contar com uma base técnica
132 muito bem embasada para tomar decisões que talvez não contemplem as necessidades de todos. O tema é ainda
133 mais complexo dentro do comitê, envolve monitoramento, reflorestamento, educação e outras diversas atividades
134 paralelas. O Sr. Ricardo Jacob (SABESP) corroborou com a fala do Sr. João Gomes, dizendo que caso não haja
135 participação de todos, poderá ter evolução, mas não será a adequada em formato de impacto. **ITEM 4 Assuntos**
136 **Gerais:** O Sr. Deivid Oliveira (FIEMG) entrou na reunião para se despedir formalmente como membro da Câmara
137 Técnica e apresentou a Sra. Lidiane Carvalho como nova representante da FIEMG. O Sr. Edilson de Paula
138 (SIMA/DAEE) questionou quais as pautas previstas para tratativa da CTC. O Sr. Luiz Roberto Barretti
139 (ABRHidro) explicou que lidam com uma agenda que é demandada em função de encaminhamentos e produtos
140 que devem ser aprovados. O Sr. João Gomes (APROMPES) disse que participa de todos os grupos de trabalho do
141 CEIVAP e que eles demandam agendas. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) disse que não há uma agenda
142 específica, eles vão acompanhando o PIRH-PS e as demandas geradas da sua implementação. Complementou que
143 existem diversos grupos de trabalho que lidam com diferentes temas que são de sua responsabilidade decisória,
144 mas nada impede que apresentações sejam levadas à CTC. Disse que pode ser feito um compilado de tudo o que
145 está sendo debatido e o status de cada discussão, pois será muito enriquecedor para a Câmara Técnica. O Sr.
146 Edilson de Paula (SIMA/DAEE) perguntou sobre as agendas dos grupos de trabalho. A Sra. Aline Alvarenga
147 (AGEVAP) intendeu que existe uma propositiva de meses para as reuniões, mas as datas não são definidas com
148 muita antecedência pois precisam acompanhar as agendas dos membros. Existe um prazo estipulado de 7 a 10
149 dias para o acontecimento da reunião após o envio da convocatória. Sem mais manifestações, o coordenador da
150 CTC agradeceu a todos e encerrou a reunião. . A presente ata foi lavrada por mim, Naomy Euphemio, Secretária
151 ad hoc, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Luiz Roberto Barretti, que presidiu a
152 reunião.

153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164

Resende, 01 de julho de 2022.

Luiz Roberto Barretti
Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP